

política

Orçamento de Porto Alegre será votado nesta semana

Vereadores protocolam mais de 600 emendas ao projeto do Executivo



FERNANDO ANTUNES/CMPA/DIVULGAÇÃO/JC

Parecer da Comissão de Finanças rejeitou 30 dos 604 ajustes sugeridos na lei que define as contas de 2025

/ CÂMARA DE PORTO ALEGRE

Ana Carolina Stobbe
ana.stobbe@jrcs.com.br

A Lei Orçamentária de 2025 deve ser votada na Câmara Municipal de Porto Alegre nesta semana. Além do texto original, de autoria do Executivo, foram protocoladas 602 emendas pelos vereadores e duas emendas populares. A matéria teve seu parecer aprovado pela Comissão de Finanças na quinta-feira. O texto teve relatoria do vereador Tiago Albrecht (Novo).

A maioria das emendas protocoladas é impositiva, ou seja, é a parte do orçamento público aplicada pela prefeitura a partir da indicação dos vereadores. Ao todo, foram 572 proposições dentro dessa configuração, uma média de 16 para cada um dos parlamentares. As emendas comuns e de texto, por sua vez, somam 32.

As duas emendas populares foram protocoladas, respectivamente, pelo Sindicato dos Muni-

cipários de Porto Alegre (Simpa) e pelo Fórum Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente. A primeira previa a reposição de índices inflacionários dos vencimentos do funcionalismo municipal totalizando 29,55% e foi rejeitada por estar condicionada à situação econômico-financeira do município, nos termos da Lei de Responsabilidade Fiscal. A outra, que foi aprovada, amplia a alocação de verbas para convivência e fortalecimento de vínculos familiares e comunitários.

O parecer de relatoria de Tiago Albrecht aprovado pela comissão rejeitou 29 emendas protocoladas por parlamentares. Todas elas foram redigidas por partidos da oposição. Apenas do PCdoB foram rejeitadas 14 proposições, sendo sete de autoria do vereador Giovanni Culau e as outras sete de Abigail Pereira.

Já a parlamentar com o maior número de emendas rejeitadas foi Karen Santos (PSOL), com 11 das suas 31 proposições negadas. A

lista fica completa com a reprovação de quatro das propostas do PT, sendo três do vereador Aldacir Oliboni e uma protocolada por Engenheiro Comassetto.

Seis delas eram voltadas a projetos voltados à preservação ambiental e à prevenção de desastres climáticos. Entre as propostas estavam matérias relacionadas à gestão ambiental, à qualificação das unidades de conservação, à educação para destinação de resíduos sólidos, ao diagnóstico e monitoramento ambiental e à ampliação da arborização em Porto Alegre.

“Além da análise técnica, foi realizada uma avaliação do mérito das propostas, verificando se atendem aos critérios legais, se estão alinhadas com as metas, prioridades e necessidades do município. Tal exame englobou ainda uma ponderação quanto à viabilidade econômica”, explicou Albrecht no parecer ao se referir aos critérios de aprovação ou rejeição das emendas.

CNM critica isenções propostas pelo governo federal

/ MUNICÍPIOS

A Confederação Nacional dos Municípios (CNM) divulgou na sexta-feira uma carta assinada pelo seu presidente, Paulo Ziulkoski, em que estipula uma perda de R\$ 20 bilhões às prefeituras em virtude de propostas de isenção anunciadas pelo governo federal.

De acordo com o documento,

a perda de arrecadação própria dos municípios com o aumento da faixa de isenção do Imposto de Renda (IR) seria de R\$ 9 bilhões ao ano. Já a fatia do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) dividido entre os entes federativos é mais difícil de estimar. Apesar disso, a CNM considera que “somente a isenção de R\$ 5 mil forneceria uma queda de FPM de R\$ 11,6

bilhões, totalizando, no agregado, mais de R\$ 20 bilhões de perda”.

O documento critica, ainda, o endurecimento de regras e o aumento de obrigatoriedades do Benefício de Prestação Continuada (BPC) e do Bolsa Família. “Para os Municípios, isso significa mais uma imposição de obrigação sem nenhuma indicação de suplementação dos recursos”.

Lira e Pacheco condicionam isenção de IR à situação das contas públicas

/ CONGRESSO NACIONAL

Os presidentes do Senado e da Câmara dos Deputados, Rodrigo Pacheco (PSD-MG) e Arthur Lira (PP-AL), respectivamente, indicaram que a proposta da isenção do Imposto de Renda (IR) para quem ganha até R\$ 5 mil - anunciada pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, na semana passada - não deve avançar em um futuro próximo pelo Congresso Nacional. Na sexta-feira, ambos se pronunciaram em apoio às medidas de corte de gastos e austeridade fiscal, mas criticaram possíveis mudanças na arrecadação com impostos. As informações são da agência Folhapress.

“Não é pauta para agora e só poderá acontecer” se houver condições fiscais para isso, ou seja, se houver garantia de receitas que compensem a perda de arrecadação, afirmou Pacheco sobre a mudança no IR. “Essa é uma discussão para a frente, que vai depender muito da capacidade do Brasil de crescer e gerar riqueza, sem aumento de impostos”, continuou o presidente do Senado.

Pacheco defendeu ainda que, em temas de política fiscal, é preciso afastar o medo da impopularidade que, segundo ele, ronda a política. “Nesse sentido, é importante que o Congresso apoie as medidas de controle, governança, conformidade e corte de gastos, ainda que não sejam muito simpáticas. Inclusive outras podem ser pensadas, pois esse pacote deve ser visto como o início de uma jornada de responsabilidade fiscal”, declarou.

Por meio de suas redes sociais, Lira adotou o mesmo tom. “Toda medida de corte de gastos que se faça necessária para o ajuste das contas públicas contará com todo esforço, celeridade e boa vontade da Casa”, disse ele, também na sexta.

“Qualquer outra iniciativa governamental que implique em renúncia de receitas será enfrentada apenas no ano que vem, e após análise cuidadosa e sobretudo realista de suas fontes de financiamento e efetivo impacto nas contas públicas”, completou, sem citar especificamente o Imposto de Renda.

Bento Gonçalves corta Bolsa Família de homens sem filhos

/ GESTÃO PÚBLICA

Mauro Belo Schneider
mauro.belo@jornaldocomercio.com.br

O prefeito de Bento Gonçalves, Diogo Siqueira (PSDB), usou suas redes sociais para divulgar uma de suas ações que visa “reduzir o Bolsa Família e dar trabalho aos beneficiários”. Ele cortou o programa de homens sem filhos na cidade.

Em Bento, foram identificados 40 homens nesta situação. A administração ligou e visitou as casas onde eles moravam. A partir disso, 35 foram eliminados dos repasses.

“Importante é tirar essas pessoas do benefício e fazer elas trabalharem formalmente. A falta de mão de obra na nossa região está acontecendo por muitas razões, mas uma delas é esse excesso do Bolsa Família, que serve como uma bengala”, argumenta. “Se a gente conseguiu fazer isso em Bento, dá para fazer em tudo que é lugar do Brasil”, sugere o prefeito.

Bento soma, segundo o gestor público, o menor número de beneficiários do Bolsa Família em populações acima de 50 mil habitantes no Rio Grande do Sul. O município

tem 120 mil pessoas. Siqueira calcula que se mais prefeituras fizessem o mesmo no Estado, haveria 3,5 mil homens aptos a serem cortados do benefício. No Brasil, seriam 70 mil.

A assessoria de imprensa da prefeitura de Bento informa que a iniciativa integra o programa Bento em Ordem. “O foco inicial está em cadastros unipessoais, de homens e mulheres com idade entre 18 e 40 anos. Esses são encaminhados para vagas de trabalho”, detalha o documento.

No total, 2.115 cidadãos são beneficiados pelo programa na cidade. O objetivo, agora, é criar um pacto acerca do assunto, abrangendo outras localidades. “Foram contatados os municípios da região para ampliação do programa”, complementa a nota da prefeitura.

“Encaminhado para a Câmara de Vereadores na segunda-feira passada (25 de novembro), o projeto de Lei da Ordem do Bolsa Família estabelece medidas para coibir fraudes no Programa Bolsa Família e garantir a correta destinação dos recursos públicos aos cidadãos que realmente necessitam”, continua o texto.